

LETRAMENTO: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Gisele Santos Fernandes¹

Áurea da Silva Pereira²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo estudar o letramento nas áreas do saber, tendo em vista a invisibilidade existente na sociedade, instaurada por uma cultura ocidentalizada que se repercute nos campos educacionais; assim, os letramentos sociais devem ser legitimados através das vozes dos sujeitos marginalizados. Como aporte teórico os estudos de Street (2014), letramentos sociais, Kleiman (2014), letramentos na contemporaneidade, Pereira (2018) Letramentos, Empoderamento e Aprendizagens, Barton e Hamilton (2000), Práticas de letramento e demais autores. Nesse sentido, foi possível perceber as congruências existentes entre os letramentos e considerar que ainda há uma dominação de Estado nos sistemas educacionais. Haja vista que os paradigmas precisam ser quebrados para a construção de uma sociedade indenitária crítica.

Palavras-Chave: Letramento. Educação. Sociedade.

LETRAMENTO COMO PRÁTICA DE EMPODERAMENTO

É preciso pensar o letramento como inclusão, visto que emoldurou-se na sociedade uma visão de letramento voltada para às práticas de leitura e escrita. Conforme Soares (2010):

A palavra letramento surgiu em meados de 1980 e só foi dicionarizada no início do século XXI, pois antes disso se usava a palavra “alfabetização”. No campo antropológico, letramento representa as práticas sociais de leitura e escrita e os valores atribuídos a essas práticas em determinada cultura; do ponto de

¹ Graduada em Letras/ Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB) Campus XXIII Seabra-BA; Especialista em Português e Literatura (SIGNORELLI); Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural-(UNEB) Campus II Alagoinhas-BA; Docente no Colégio Municipal Jorge Amado-Seabra (BA).

² Doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Docente da Universidade do Estado da Bahia - Campus II Alagoinhas (BA).

vista linguístico, designa os aspectos da língua escrita que os diferenciam da língua oral; no campo psicológico, são habilidades cognitivas necessárias para a compreensão e produção de textos escritos; e na perspectiva educacional e pedagógica, são habilidades de leitura e escrita de crianças, jovens e adultos em práticas sociais que envolvem a língua escrita (SOARES, 2010, p. 145-146).

Nesse sentido, a aquisição do letramento autônomo, constitui-se como legitimação do poder. Visto que as pessoas empoderadas são visivelmente àquelas que possuem as habilidades em leitura e escrita. Essa concepção é notada, quando os indivíduos dotados de grandes habilidades ficam invisíveis por não possuírem esses domínios. No entanto, é preciso trazer esses “saberes” para o centro de toda as discussões e sobretudo valorizá-los.

Quando o conceito de letramento é oposto ao de alfabetização, ele é entendido como equivalente aos métodos globais; quando o termo letramento é interpretado morfológicamente, ou seja, com base nos morfemas, ou formas mínimas significativas que formam a palavra (no caso, “letra” e “mento”) ele tem sido utilizado como equivalente a um método baseado no ensino da “letra” primeiro (... e a sílaba depois?!). (KLEIMAN, 2005, p. 9).

Numa cultura em que a apreciação do outro é mais valorosa, as pessoas tendem a recepcionar o que é do outro e anular a construção do que se é construído. “As recepções e usos locais do letramento, portanto, podem diferir dos da cultura dominante e têm de ser levados em conta para compreender a experiência letrada de povos diferentes” (STREET, 2014, p. 58).

Um exemplo interessante, e talvez extremo, de “dominação interna” se encontra em várias das campanhas de alfabetização conduzidas sob o regime do xá no Irã durante os anos de 1960 e 1970. Diversas campanhas foram dirigidas às mulheres como principais agentes socializadores e, aos olhos de muitos, como as maiores “barreiras à mudança”. A fim de alcançar as crianças, acreditava-se, era preciso “mudar” suas mães. Segundo Gharib, essa mãe era “permissiva”, tinha baixos padrões de saúde e higiene e uma crença passiva no destino. Por conseguinte, “a vida

familiar permanece como núcleo mais obstinado de resistência à mudança; [o lar] contradiz os princípios ensinados na escola [e é necessário educar] as mães tanto quanto as filhas”. Hashemi (1966) concorda que é no lar que as atitudes se fixam, que modos de vida se estabelecem e tradições persistem. A mudança profunda dos padrões de comportamento e em expectativas depende em grande parte da atitude da dona de casa” (p. 98). A educação das mulheres, portanto, é fundamental para a educação e o desenvolvimento: “A educação delas pode ser o caminho para a remoção de permanentes barreiras sociais, culturais e psicológicas ao avanço de uma nação” (HASHEMI, 1966, p. 107). O papel do professor na aldeia, então era suscitar essas mudanças em particular ao se opor ao conservadorismo das mulheres do campo: “A tarefa do professor em áreas rurais não é tanto a de dar instrução em sala de aula quanto a de fornecer uma educação integrada em hábitos sociais, técnicas agrícolas, e criar uma nova mentalidade” (GHARIB, 1966, p. 45 *apud*. STREET, 2014, p. 53-54).

Numa tendência de atender as exigências estatais, exime-se os padrões de uma cultura, com vistas a atender uma visão de mercado ocidentalizada, o progresso como ascensão social. Havia pois, uma profunda ambivalência entre os aldeões diante do sistema de educação estatal e das formas de letramento que ele transmitia. “Os professores urbanos olhavam para eles com desdém, mais interessados em seu próprio progresso urbano do que em educar aldeões, e insensíveis aos valores rurais e às necessidades materiais dos camponeses, e tudo isso, de fato, era verdade” (STREET, 2014, p. 55).

Essa prática acontece nos meios sociais, principalmente dentro da escola, onde as paredes da inclusão abrem espaços para a exclusão. Quando o professor não consegue dar conta da pluralidade existente em sua sala de aula, não se é respeitada a multiculturalidade aí existente. Consoante Nazaré (2015): “A escola deve ser vista sempre como o lugar privilegiado das diferenças, e estas não podem nunca ser transformadas em desigualdades” (NAZARÉ, 2015, p. 11). Antes de querer atender às propostas estatais é urgente garantir as necessidades internas.

Tendo em vista que a escola ver-se fadada por não garantir as peculiaridades dos sujeitos, para dar conta de um currículo que pode se tornar vazio para muitos.

Ademais, os planejadores de políticas e seus discursos públicos sobre letramento deve levar em consideração as habilidades presentes das pessoas e suas próprias percepções. É preciso refletir também, como a escola está colocada para a sociedade, sua função social. Visto que muitos discentes não veem sentido no que a escola protagoniza.

Assim, no âmbito profissional vemos muitos empregos que não são preenchidos por falta de habilidade para o exercício da função. Visto que essas campanhas não oportunizam esses profissionais em suas habilidades, não disponibilizando cursos para qualificá-los, são assim as máscaras utilizadas como pretexto pelos políticos.

Pensemos também, nas campanhas que se fazem em relação à alfabetização no nosso país. Onde os números colocados a serviço ficam à mercê de investimentos do estado.

“A falta de habilidades letradas pode ser uma deficiência bem menor na vida cotidiana do que normalmente se imagina. Os meios de comunicação gostam de contar histórias heroicas de “gestão” do analfabetismo, de como os “analfabetos” perambulam pela cidade ou se esquivam de tarefas escritas como preencher formulários ou ler rótulos” (STREET, 2014, p. 35).

Precisamos da construção de espaços que dê voz a invisibilidade, que busque trazer para a cena sujeitos invisíveis dignos de olhares sensíveis. E que também, introduza a Consciência Linguística Crítica e do letramento como prática social crítica.

NOVOS OLHARES PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO LETRADA

O processo de estudo, permeado pelos autores propostos foram imprescindíveis para pensar o letramento além da

instituição escolar. De acordo com Angela Kleiman (2005), “Letramento é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Porque a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana” (KLEIMAN, 2005, p. 5). A autora enfatiza o letramento como prática social, visto que a escrita está para além da escola, permeia os ambientes.

Os diferentes letramentos sempre fizeram parte da sociedade, as mulheres denunciavam situações locais através da escrita literária, da música, de anotações (no âmbito doméstico), e assim podiam contextualizar seus pensamentos. Segundo Street (2014):

Com o advento do islamismo e do cristianismo no século XVI, porém, “um letramento mais restrito, masculino, expulsou a escrita antiga e emergiu um padrão comum no mundo contemporâneo à medida que a influência ocidental se difunde: “O curioso paradoxo em que o crescimento da cultura escrita provavelmente reduziu o número de pessoas capazes de escrever por causa da associação da escrita como o sagrado e o solene” e com os usos masculinos do letramento (STREET, 2014, p. 123).

Nesse sentido, no prisma educacional, também nos deparamos com modelos de ensino que são impostos pela fragmentação, não permitindo a aquisição da leitura e escrita como processos globais.

O modelo Paulo Freire de ensino em campanhas de alfabetização no Terceiro Mundo tentou contestar esse modelo. Criticando o modelo “bancário” de ensino, que supõe o conhecimento como um conjunto fixo de fatos a serem transferidos para o aprendiz, ele defendeu uma abordagem que parte da conscientização, permitindo aos pobres e oprimidos investigar e analisar as fontes de sua opressão. As aulas do que tais conceitos significam em seu contexto, como foi que eles vieram a viver tais condições, onde reside a responsabilidade pela extrema pobreza vivenciada por tantos. Uma vez que as palavras em si tornavam familiares nesse sentido crítico, o animador começava a escrevê-las para os alunos. Em português, língua em que Freire começou seu trabalho, e também em espanhol, na qual tem sido muito

influyente, as palavras se constroem sílabas, de modo que uma palavra como favela pode ser dividida em partes e então cada parte fa-ve-la pode ser construída com outras sílabas fa-ve-la-do para criar novas palavras. Os alunos conseguem rapidamente aprender a copiar as letras dessas palavras, chave e então criar suas próprias palavras novas, caminhando para a construção de freses (STREET, 2014, p. 150-151).

Nessa linha de pensamento, muitos alunos acabam desistindo da aprendizagem por acharem demorado o processo de aquisição da leitura e escrita. Na escola a disciplina é pregada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso.

Essa disciplina é antiga, iniciada nos colégios medievais, no século XVIII, chegando às instituições escolares, no exército, hospitais e, no século XIX, para as fábricas. Essa submissão está presente no sistema educacional, e o professor deve ser o provocador no rompimento dessas barreiras construídas a fim atender o Estado.

A organização da escola é planejada a fim de garantir esta disciplina: a disposição das classes (fileiras umas atrás das outras para o melhor controle do professor “manter a disciplina” e “garantir a ordem”); a substituição da tábua do fundo das classes por uma grade a fim de garantir a limpeza e facilitar aos professores o controle para que nada possa escapar do seu olhar, são alguns exemplos. A escola se torna um aparelho para aprender, no qual o aluno, o nível e a série devem ser combinados adequadamente, assim Foucault analisa todo o processo escolar: os exercícios como uma forma de empregar tempo; as classes para articular os gestos e a postura para ler, escrever, recitar; os horários, atribuições de tarefas com certa duração e ordem. Foucault indaga também a técnica alfabetizadora das escolas, começando por letras, sílabas, palavras [...] atividades repetidas ao longo do dia, mês, ano que podem ser cobradas tanto para aprovação dos alunos quanto para reprovar, castigar ou premiar (FOUCAULT, 1997).

A escola como instituição, mantém um poderio sobre os sujeitos atuantes. Essa imposição é vista no modelo organizacional

como ela se apresenta. Dessa maneira, essa concepção precisa ser rompida para que possamos construir aprendizagens significativas.

LETRAMENTOS E COMUNIDADE

Pensar no letramento como inclusão, numa sociedade que estigmatiza, exclui e inferioriza o ser humano. É preciso rever as formas de pensar a respeito dessas práticas sociais que estão aglomeradas pelo mundo as quais legitimam alguns, em detrimento de outrem. Nesse sentido, é importante entender as situações em que os eventos e práticas de letramentos acontecem.

Conforme David Barton (1951): “eventos de letramentos são atividades particulares em que o letramento tem um papel: podem ser atividades regulares repetidas. Práticas de letramento são modos culturais gerais de utilização do letramento aos quais as pessoas recorrem num evento letrado” (BARTON, 1951, p. 5 *apud*. STREET, 2014, p. 18).

Inúmeros eventos de letramento fazem parte da sala de aula cotidianamente, desde o momento em que o professor faz a chamada lendo o nome dos alunos da classe, à correção do exercício no livro didático ou à leitura de um aviso para a turma, dentre outros. Esses eventos, organizados dentro da prática de letramento aula, oportunizam os sujeitos atividades de leitura e de escrita situadas em contextos sociais. Isso porque se centram nos participantes da interação, em ambientes determinados, a partir de artefatos significativos (KLEIMAN, 2008, p. 40).

Assim, os eventos de letramentos e as práticas acontecem em atividades cotidianas de grande significância para a sociedade. Sendo elas em ambientes letrados e não letrados. Conforme Marcuschi (2001):

[...] letramento, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é

analfabeto, mas letrado na mediada em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não aquele que faz um uso formal da escrita (MARCUSCHI, 2001, p. 25).

É possível conceber o letramento de pessoas que fazem do trabalho a sua arte de vida e protagoniza a sua história através dessas grandes ações. A “mulher” na sua trajetória, sempre buscou formas alternativas de vida, como um complemento na renda familiar ou mesmo como forma de visibilidade para equiparar as oportunidades que não lhes foram dadas em sua trajetória de vida.

Na comunidade que resido Nova Colina — Chapada Diamantina — Boninal (BA), lugar pacato de pessoas humildes, as mulheres possuem grande destaque na comunidade por liderar seus trabalhos autônomos. Muitas mulheres tiveram poucas oportunidades de estudo, desenvolvem seus trabalhos com grandes habilidades, como na produção de biscoitos caseiros.

A Senhora Valdir Fernandes (minha mãe) a exemplo: “mulher” sábia, faz biscoitos caseiros para o consumo e venda. As receitas para os biscoitos, avoador, sequilho, bolacha, pão, requeijão, bolos, não estão escritas em cadernos. Encontra-se em sua memória, são receitas que foram transmitidas de geração e outras criadas. É interessante ressaltar como o letramento faz-se presente no cotidiano, pois apesar de ser letrada apenas até 4ª série do ensino fundamental, ela possui outros conhecimentos para conquistar o paladar de muita gente. Pessoas que não foram letradas academicamente, mas que tem grande sabedoria ao fazer uso dos conhecimentos.

É importante mencionar também, outros letramentos existentes na comunidade como a “reza”, contra o olho gordo,

vento caído, e dores no corpo, essas pessoas são bem dotadas de conhecimentos e precisam de seu espaço dentro da comunidade.

Há também, aquelas pessoas que não conhecem o mundo das letras, mas que são dotadas de muitos saberes, e sabem desenvolver habilidosamente as atividades que desempenham, utilizam de alguns saberes escolares, mas nunca frequentaram a escola. Essas pessoas muitas vezes são marginalizadas pela sociedade, constroem um centro e elas encontram-se ao redor por não fazerem parte do mesmo bojo. Precisamos repensar as maneiras de exclusão tão visíveis em nosso meio e dá voz a esses sujeitos ocultos na sociedade.

A mulher, traça a sua história e ganha mais visibilidade dentro de grupos. A associação de Mulheres Rurais de Saquinho e Região, município de Ihambupe (BA) é um exemplo de protagonismo das mulheres e em especial a Presidente da associação D. Sônia. Mulher negra, moradora da comunidade é responsável pelas mais importantes e fundamentais conquistas do lugar como: Luz elétrica, posto de saúde, escola, estradas, sedes das associações, entre outras coisas.

Aqui não tinha vereador, e eu achava que a comunidade só ia pra frente se tivesse um vereador ali, e eu fiz um vereador aqui na comunidade. Ao invés de ser eu, com essa história de não ter dinheiro, porque as pessoas dizem, ‘o que é que ela vai fazer? Não tem dinheiro, não tem carro, não tem nada...’ Então eu fui e dei a chance para o meu companheiro. Ele não saiu pra fazer nada, mas eu saí de porta em porta pedindo voto para ele. Ele ganhou duas vezes, mas só que não me reconheceu. E eu continuei o meu trabalho. Aí na terceira vez, ele saiu de novo, aí eu disse: ‘Agora eu vou ver pra que eu sirvo’. Meti a cara também. Aí foi dessa vez que ele não ganhou, e tive duzentos e vinte votos. Mas, ‘mulher não pode exercer na política’, no segundo ano que saí, já saí com mais dois homens, que era para eu não saí. Quando foi agora, eu falei: ‘vou sair’. ‘A minha chance é essa’, porque apoiando o prefeito era a minha chance, mas saiu mais três homens, como quem diz: ‘Mulher não manda’. Aí meu filho disse: ‘Mas mãe, a senhora saia desse meio’. Eu disse: ‘Não saio!’. ‘Dez votos que eu tiver, esses votos são meus’. Saíram

mais três homens pra me derrubar. Não tive a honra de ser vereadora, mas sou reconhecida pelo o prefeito que me deixou como representante dele aqui na comunidade (D. Sônia— Entrevista narrativa, p. 8).

Assim, a mulher vem abrindo seu espaço no meio social, ganhando mais visibilidade e protagonizando sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina Políticas do Letramento concerniu pesar como as relações de poder estão distribuídas em nossa sociedade e como o poder segrega. Existe, pois, uma política em relação aos diferentes multiletramentos. Numa sociedade multiletrada existirá saberes diferentes, e estes estarão atuando dentro da sociedade mesmo que invisivelmente.

Perceber como a nossa sociedade está presa a sistemas politicamente controlados pelo o Estado, e como nós professores podemos atuar na desconstrução desse sistema. Garantido assim, uma sociedade democrática onde os sujeitos possam protagonizar a sua história.

Pensar a mulher, como sujeito empoderado que possa se descivilizar das amarras construídas e se enveredar por caminhos não pretendidos pelo o homem, é sem dúvida um avanço travado nas lutas diárias.

Perceber como os multiletramentos estão imbrincados em nossa sociedade e que precisamos de grande sensibilidade para enxergá-los e valorizá-los numa cultura que prega cada vez a seleção e a imposição.

No campo educacional foi possível enxergar para dentro da sala os diferentes letramntos que são ocultados por uma sociedade marcada pela legitimação de poder. E o “Estado” assume o seu papel garantindo a centralização do domínio.

Nessa conjectura, somos os sujeitos mobilizadores que podem fazer desse cenário uma nova história e que os

protagonistas possam ter a sua visibilidade no cerne da invisibilidade.

REFERÊNCIAS

BARTON, David e HAMILTON, Mary. Práticas de letramento. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary I IVANIC, Roz (Org.). *Situated literacies*. London: Routledge, 2000.p. 07 a 15. Tradução livre: Glícia Azevedo Tinco.

CARNEIRO, E. A; PEREIRA, A, S. *Letramento e Empoderamento Feminino: práticas sociais na Associação de mulheres rurais de Saquinho e região*.
http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/foucaulteducacaoaspraticasdepodereaescolaatual.pdf

KLEIMAN, Angela. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Cefiel/IEL/ Unicamp, 2005.

Kleiman, Angela. *Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar*. Florianópolis: Perspectiva, 2010.

KLEIMAN, Angela. *Letramento na contemporaneidade*. São Paulo. 2014.b

LIMA, M; MOTA. *Relações étnico-raciais na escola: O papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

PEREIRA, A; SILVA. *Letramentos, Empoderamento e Aprendizagens*. Campinas: Mercado de Letras, 2018.

PEREIRA, A. S.; CRUZ, M.F.B.; PAES, M. N. M. *Letramentos, Identidades e Formação de Educadores: Imagens teórico-metodológicas de pesquisas sobre práticas de letramentos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

PEREIRA, A. S.; DIAS, A. R. S.; ALMEIDA, R. L.; CORREIA, A. S. *Estágio e Prática Pedagógica: Letramentos e tecnologias digitais na sala de aula*. Curitiba: CRV, 2016.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 237p.